

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO
DE ADMINISTRAÇÃO DA UFJF

ANTÔNIO PEDRO DOS REIS JÚNIOR

JUIZ DE FORA
2016

ANTÔNIO PEDRO DOS REIS JÚNIOR

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO
DE ADMINISTRAÇÃO DA UFJF

Monografia apresentada pelo(a) acadêmico(a)
Antônio Pedro dos Reis Júnior ao curso de
Administração da Universidade Federal de Juiz de
Fora, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Victor Cláudio Paradela Ferreira

JUIZ DE FORA
FACC/UFJF
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e força para que possa concluir com êxito mais esta jornada;

Aos meus pais pela base, educação, amor e apoio durante todo o caminho até aqui percorrido. Aos meus irmãos, amigos e colegas. Em especial a Stella, por todo apoio e cobrança para que pudesse me esforçar ao máximo para concluir este trabalho;

Agradeço ao meu orientador, Victor Paradela pela orientação, paciência e disponibilidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 05 de agosto de 2016.

Antônio Pedro dos Reis Júnior

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de ANTÔNIO PEDRO DOS REIS JÚNIOR, discente regularmente matriculado no Bacharelado em Administração sob o número 201126056, intitulado “O estágio supervisionado na percepção dos alunos do curso de Administração da UFJF”. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 05 de agosto de 2016.

Prof. Victor Cláudio Paradela Ferreira
Orientador

Prof. Elcemir Paço Cunha

Prof. Virgílio César da Silva e Oliveira

LISTA DE ABREVIATURAS

Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Instituição de Ensino Superior – IES

Associação Brasileira de Estágios – ABRES

LISTA DE FIGURAS

1 Contribuição para a futura profissão.....	24
2 Compatibilidade entre as atividades de estágio e a formação acadêmica.....	25
3 Conhecimento sobre a legislação acerca do estágio.....	26
4 Emprego do aprendizado teórico no estágio.....	26
5 Enriquecimento acadêmico proporcionado pelo estágio.....	27
6 Percepção de estar sendo explorado no estágio.....	28
7 Gratificação decorrente do estágio.....	29
8 Conhecimento prévio da legislação do estágio.....	30
9 Capacidade de conciliar as atividades do estágio com as acadêmicas.....	30
10 Impacto do estágio no desempenho acadêmico.....	31
11 Acompanhamento e <i>feedback</i> pelo supervisor na empresa.....	32
12 Oferecimento de <i>feedback</i>	33
13 Possibilidade de efetivação após o estágio.....	33
14 Fornecimento das ferramentas necessárias ao estágio.....	34
15 Possibilidade de sair mais cedo em períodos de provas e trabalhos.....	35
16 Priorização de atividades do estágio em detrimento das acadêmicas.....	36
17 Priorização dos interesses financeiros no estágio.....	37

LISTA DE QUADROS

1: Relação regulamentar entre empregados e estagiários.....	16
---	----

LISTA DE TABELAS

1: Concordância com assertivas (0 a 100%).....	37
2: Avaliação geral do estágio.....	38

RESUMO

O Objetivo central deste trabalho é identificar a percepção dos alunos do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre suas experiências como estagiários em empresas privadas. Na revisão da literatura efetuada, verificou-se que o estágio supervisionado é considerado um importante elemento na formação do Administrador. O que se procurou investigar é o quanto essa atividade tem, de fato, cumprido o seu papel, pressupondo-se que, muitas vezes, as empresas usam os estagiários apenas como “mão-de-obra barata”, sem comprometer-se com o seu crescimento acadêmico e profissional. Foi, então, efetuada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários estruturados em uma amostra dos graduandos do curso estudado que já passaram ou estão envolvidos em atividades de estágio supervisionado. A pesquisa revelou a existência de situações bem diversas. Há empresas que, na percepção dos alunos, preocupam-se de fato em manter os programas de estágio dentro dos parâmetros desejáveis. Em outras, porém, verifica-se o desvirtuamento dessa atividade. Também foi verificado que faz-se necessário um maior entrosamento dos três principais atores envolvidos: universidade, empresas e estagiários, para que os objetivos acadêmicos e profissionais almejados sejam melhor alcançados.

PALAVRAS CHAVE

Formação do Administrador. Estágio Supervisionado. Graduação em Administração.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE TABELAS	9
RESUMO	10
PALAVRAS CHAVE	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO	14
2.1 Aspectos legais e diretrizes.....	14
2.2 Vantagens apontadas na literatura e em documentos	16
2.3 Visão crítica dos programas de estágio.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4 RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

As atividades de estágio estão presentes na quase totalidade dos cursos de graduação em Administração. O estágio supervisionado foi concebido para verificar a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos que a ele se submetem (NICOLINI, 2003). Assim, pode-se perceber que o estágio é uma ferramenta, que, apesar de não ter mais sua obrigatoriedade, é praticado por grande parte dos alunos dos cursos de Administração. De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágio (ABRES, 2016), existem atualmente 1 milhão de estagiários no Brasil, sendo 740 mil para o ensino superior e 260 mil para o ensino médio e técnico. O maior número de vagas oferecidas são para estudantes de Administração (16,8%), Direito (7,3%), Comunicação Social (6,2%), Informática (5,2%), Engenharias (5,1%) e Pedagogia (4,2%).

A normalização do estágio supervisionado está previsto na Lei nº 11.788, de 2008 (BRASIL, 2008), a qual será tratada com maior enfoque no decorrer deste trabalho.

Existem duas modalidades de estágio supervisionado: o obrigatório e o não obrigatório. O primeiro representa a atividade curricular obrigatória em alguns currículos de faculdades do curso de Administração, sendo necessariamente exigido para que o aluno possa conquistar o diploma do curso. O estágio obrigatório deve ser acompanhado por um professor orientador e por um profissional habilitado para tal, na empresa cedente do estágio. Suas atividades devem ser previstas em um plano próprio e acompanhados por meio de relatórios periódicos, conforme artigo IV do caput do art. 7º da Lei nº 11.788. Já o estágio não obrigatório pode ser desenvolvido por qualquer estudante regularmente matriculado em um curso técnico ou superior, uma vez respeitado os critérios e parâmetros para execução, conforme será posteriormente abordado.

A presente pesquisa está centrada especificamente na modalidade de estágio superior não obrigatório, tendo em vista que, o curso objeto da investigação, não há mais a obrigatoriedade dessa atividade. O foco repousa na verificação das reais condições encontradas pelos alunos que desenvolvem programas de estágio e nos impactos gerados pela participação em tais programas, na percepção dos próprios estagiários.

Conforme já destacado, tais programas deveriam contribuir para o crescimento acadêmico e profissional dos alunos. Nem sempre, todavia, o que é estabelecido como um objetivo reflete-se na realidade prática. Assim, é possível que outros motivos estejam preponderando na decisão das organizações de receber estagiários e dos alunos de buscar uma

vaga. Um aluno pode, por exemplo, priorizar a obtenção de bolsa no lugar do aprendizado. A organização, por sua vez, pode utilizar seus estagiários como “mão-de-obra barata”. É nesse contexto, pois, que se insere a pesquisa aqui apresentada.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir os aspectos e efeitos aos quais a realização de estágio não obrigatório está sujeito, levando em consideração as dimensões socioeconômica, empresarial e acadêmica. Trata-se de um estudo de caso, abordando especificamente o Curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O interesse da pesquisa repousa em analisar as relações entre estagiários e empresas. O foco está especificamente no setor privado, portanto. A razão de tal escolha é a suposição de que há diferenças significativas entre a realidade encontrada no meio empresarial e aquela das organizações públicas e do terceiro setor. Nas organizações privadas, observa-se uma busca incessante pelo lucro e a mais valia do capital, induzindo o surgimento de diversas contradições na relação do capital com sua força de trabalho, na qual, de modo devido ou não, incluem-se os estagiários. A principal contradição está inerente ao fato das empresas buscarem os estagiários por serem considerados “mão de obra barata”, uma vez que os mesmos não dispõem de encargos trabalhistas, por exemplo, e demais obrigações que um empregado comum demanda.

Uma das origens de tais contradições é o fato de que o estagiário gera menos custos para as empresas do que os empregados, uma vez que não é exigido qualquer tipo de remuneração. Conforme previsto na Lei nº 11.788, de 2008, que regulamenta as atividades de estágio, a única despesa obrigatória é a contratação de uma apólice de seguros. Mesmo que, por vontade própria, a organização conceda bolsas e outros benefícios, o valor total despendido tende a ser bem inferior aos custos relativos aos funcionários, uma vez que o valor das bolsas é, normalmente, bem inferior ao dos salários, além de sobre elas não incidir os encargos e tributos próprios da relação empregatícia.

Supõe-se, assim, que essa situação tem levado muitas organizações a utilizar os estagiários como “mão-de-obra barata”, tornando assim o movimento de realização de estágio precário e perdendo seu verdadeiro princípio, que deveria ser o de inserir o aluno no ambiente organizacional para que possa ter contato, na prática, com tudo aquilo que se estudou nas salas de aulas, agregando mais conhecimentos e vivência acadêmica.

Para investigar se essa suposição corresponde, de fato, ao que se tem observado na prática, a investigação cujos resultados estão aqui apresentados contou com uma pesquisa de campo junto aos alunos do curso estudado que estão desenvolvendo ou já participaram de atividades de estágio.

Os resultados obtidos estão apresentados nesta monografia, que está estruturada em cinco capítulos, contando com esta introdução. O próximo apresenta o referencial teórico, destacando as contribuições dos autores estudados na pesquisa bibliográfica realizada. O terceiro trata da metodologia de pesquisa adotada, apresentando a classificação da investigação realizada e explicitando os procedimentos seguidos na sua condução. No capítulo seguinte, são apresentados os resultados que foram obtidos na pesquisa de campo realizada, e as explicações que podem ser dadas aos mesmos, estabelecendo relações com as teorias estudadas. Por fim, são apresentadas as conclusões a que foi possível se chegar com a pesquisa realizada.

2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O presente capítulo procura explorar três pontos chave presentes nas relações do estagiário com as organizações, sendo estes: aspectos legais inerentes à prática do estágio; as vantagens e benefícios na realização do estágio por parte do aluno e por fim, mas não menos importante, uma visão crítica sobre o assunto, tratando de abordar os aspectos da precarização das relações de trabalho que o acadêmico se submete ao se tornar um estagiário.

2.1 Aspectos legais e diretrizes

O conceito de estágio sofreu mudanças ao longo do tempo, passando de uma simples atividade de acompanhamento prático a um mestre na Idade Média, para uma atividade curricular prática nos cursos ofertados pelas instituições educacionais da atualidade. (COLOMBO; BALLÃO; 2014).

No Brasil, os primeiros esforços para normalizar a prática do estágio, conforme destacam Colombo e Ballão (2014), foram o Decreto-Lei nº 4.073/42 e a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho. Posteriormente, diversas outras normas foram editadas. As principais delas analisadas nesta pesquisa foram: o Decreto-Lei nº 4.073/42, a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77 e o Decreto nº 87.497/82.

Na percepção da Associação Brasileira de Estágios (ABRES), desde as primeiras regulamentações, muito se evoluiu em relação aos aspectos legais do estágio (ABRES, 2015). Em 7 de Dezembro de 1977, essa atividade deixa de ser objeto apenas de decretos, sendo criada a primeira lei, a de nº 6.494. Um ponto importante que deve ser ressaltado é que esta lei não estipulava quantas horas o estagiário poderia realizar por dia, conforme escrito no Art. 5º - “A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com seu horário escolar e com o horário da parte em que venha ocorrer o estágio”. Também não limitava o período máximo do vínculo entre organização e aluno, isto é, o estudante poderia realizar o estágio por tempo indeterminado, enquanto permanecesse vinculado a instituição de ensino. Somente após quase 5 anos, por meio do Decreto 87.497, de 18 de Agosto de 1982, houve uma regulamentação nesse sentido. No art. 12º desse Decreto está previsto que: “No prazo máximo de 4 (quatro) semestres letivos, a contar do primeiro semestre posterior à data da publicação deste Decreto, deverão estar ajustadas às presentes normas todas as situações hoje ocorrentes, com a base em legislação anterior”.

Por meio deste mesmo decreto, é regulamentada a situação do aluno estrangeiro, fato que, até então, sequer fora mencionado. Art. 11º - “As disposições deste Decreto se aplicam aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em instituições de ensino oficial ou reconhecidas”.

Por fim, tem-se como a legislação mais atual a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Seu primeiro artigo traz uma breve introdução do objetivo do estágio:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Esta lei também define a jornada máxima de atividade que o estagiário poderá exercer, bem como o período máximo de duração do contrato de estágio entre aluno e instituição concedente.

Art. 10º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Art. 11º A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

A Lei instituiu um padrão, com base no número de funcionários que a organização se dispõe, em relação a quantidade de estagiários de nível médio que a empresa poderá ter em seu quadro, sendo este em média 20% do seu quadro de funcionários, conforme destacado no quadro 1, a seguir

Quadro 1: Relação regulamentar entre empregados e estagiários

Quantidade de Empregados	Quantidade de estagiários
De 1 (um) a 5 (cinco) empregados	1(um) estagiário
De 6 (seis) a 10 (dez) empregados	Até 2 (dois) estagiários
De 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados	Até 5 (cinco) estagiários
Acima de 25 (vinte e cinco) empregados	Até 20% (vinte por cento) de estagiários

Fonte: elaboração própria, com base na Lei 11788/2008

Como se percebe, uma das tendências verificadas na legislação é uma maior abrangência da regulamentação, de modo que o estagiário possa ficar amparado e tenha reservado os seus direitos. A lei também garantiu o transporte do estagiário até o local da empresa concedente, isso é, quando necessário, direito a recesso entre outros. As primeiras legislações deixavam de citar fatos importantes para uma boa regulação, deixando o principal sujeito da relação, que é o estagiário, desprotegido e passível de exploração pelas concedentes. Tampouco previam de forma compulsória o acompanhamento da academia, cuja função é garantir que o papel do estágio esteja sendo exercido, isto é, vivenciar na prática, toda teoria aprendida em sala de aula, conforme a Lei 11.788 já citada, que no Art. 7º, inciso III prevê, dentre outras, a seguinte obrigação para a instituição de ensino: “indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário” (BRASIL, 2008).

2.2 Vantagens apontadas na literatura e em documentos

Conforme citado anteriormente, a realização do estágio é uma prática comum nos cursos superiores, em específico, principalmente ao curso de administração, curso que se dispõe de maior número de estagiários no mercado de trabalho. O maior número de vagas oferecidas, conforme dados da ABRES (2015), é para estudantes de Administração (16,8%), Direito (7,3%), Comunicação Social (6,2%), Informática (5,2%), Engenharias (5,1%) e Pedagogia (4,2%). Esse dado pode ser influenciado pelo grande número de alunos que cursam Administração, sendo esse o curso com maior número de estudantes no país: 705.690, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2010, divulgados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2010).

O estágio em Administração deveria ser uma oportunidade que os acadêmicos possuem de aprimorar seus conhecimentos e desenvolver suas competências profissionais (GONZAGA, OLIVEIRA e CHAGAS 2015). Nesse caso, espera-se que desperte interesse por parte dos estudantes para se inserir no meio organizacional, isto é, como estagiários. O objetivo declarado é de adquirir mais conhecimentos e conseqüentemente, agregar valor competitivo no mercado de trabalho em busca de uma oportunidade de emprego.

O futuro profissional precisa conhecer o mercado de trabalho e as pessoas e organizações que o cercam, pois o conhecimento dos trabalhadores, não somente o teórico, está se transformando no recurso que agrega valor às empresas (SOUZA, CABRAL e VIANA, 2010, *apud* LAVALL e BARDEN, 2014).

Uma das bases da valorização das atividades de estágio é a crença de que elas podem contribuir fortemente para a boa preparação para o futuro exercício da profissão. Ceretta, Trevisan e Melo (1996), defendem que, por mais que um mestre se esforce e se dedique, ele jamais conseguirá transmitir ao futuro administrador o que este encontrará dentro de uma organização.

Destaca-se também a importância de vivenciar o ambiente organizacional, o qual é rodeado de complexidade não só nas atividades cotidianas, isto é, operacionais, mas é enriquecedor participar das relações pessoais e interpessoais observadas.

Além dos benefícios específicos a cada estagiário, os programas de estágio podem contribuir para um maior relacionamento e integração entre as instituições de ensino e as empresas. Como destaca Dagnino (2003 *apud* Chais *et al*, 2014). “A interação solidifica o contexto onde universidade e empresa se unem a favor do desenvolvimento e assim, as universidades cooperam com o setor empresarial ocasionando benefícios para ambos”.

Nota-se, assim, que essa relação poderia fortificar o contato entre alunos, universidade e empresas, beneficiando a relação de extensão que a universidade se compromete em exercer.

Nem sempre, todavia, é o que se verifica, como já destacado. A próxima seção apresenta uma reflexão crítica sobre os reais benefícios proporcionados pelo estágio supervisionado.

2.3 Visão crítica dos programas de estágio

A realização do estágio, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos negativos e positivos. O interesse desse tópico é tentar entender qual deles tenderá a se sobrepor ao outro, levando em consideração os diversos fatores e diferenças dos três agentes: Instituição de ensino superior (IES); Organização concedente do estágio e Estagiário.

Nesta seção, abordam-se especificamente as organizações privadas, pela singularidade das mesmas, isto é, tem por finalidade de existência a busca pelo lucro e a mais valia do capital, utilizando de seus funcionários as ferramentas necessárias para a objetivação de tal finalidade.

Os estagiários, desprovidos de uma legislação mais rígida e abrangente, são inseridos neste ambiente, com o suposto intuito de aprendizado e vivência organizacional. Mas, muitas vezes, estes princípios se distorcem, tornando-os simplesmente mão de obra barata para a objetivação do lucro, uma vez que não se enquadram na legislação trabalhista e as leis a eles direcionadas são pouco restritivas para as empresas, atribuindo-lhes reduzido número de obrigações.

De acordo com Lourenço, Lemos e Pécora Júnior (2012), algumas empresas acreditam que a única vantagem em se contratar um estagiário é a possibilidade de conseguir mão de obra qualificada e de baixo custo, o que significa limitar e transgredir a base principal para a qual os estágios foram criados. Desta forma, é possível observar o surgimento da precarização do trabalho, pelo fato dos estagiários não possuírem amparo legal e fiscalizador compatível com a complexidade da situação e ambiente que estão inseridos.

Araújo *et al* (2012) afirmam que a situação vem se degradando com o passar do tempo e com as mudanças cada vez mais rápidas e complexas que a globalização vem trazendo. O ambiente empresarial mudou significativamente, tornando-se muito mais imprevisível, dinâmico e mutável. As ferramentas de controle de pessoal e de gestão estão ficando cada vez mais obsoletos em relação a rapidez das transformações empresariais.

Motta (1995), por sua vez, afirma que é necessário entender que as organizações convivem com acontecimentos que não se adaptam às regras e aos esquemas; conseqüentemente as normas se apresentam insuficientes e limitadas para a condução dos negócios. Tal afirmação reforça a percepção de que as normas estatutos e leis do estagiário não estão preparadas para lidar com tais questões, e, mesmo que estivessem, o meio empresarial não está disposto a respeitá-las, uma vez que as mesmas não vão ao encontro com seus principais objetivos, isto é, a maximização do lucro e do capital.

Nesse ponto, encontra-se um impasse estrutural e pode-se questionar até que ponto as empresas estariam, de fato, preocupadas com o desenvolvimento do estagiário. Uma possibilidade, que serviu de suposição inicial da pesquisa aqui apresentada, é de que muitas empresas buscam o simples aproveitamento do estagiário como mão de obra precária e barata, tendo como única finalidade gerar cada vez mais lucro para o capital.

Adentrando mais fundo na discussão antagônica da exploração do trabalho pelo capital, trabalho este, no caso, vindo do aproveitamento da força de trabalho dos estagiários, podemos entender que a exploração do capital perpassa o fato do estagiário enriquecer seus conhecimentos com o estágio ou não. Isto é, independente das boas ou más condições que o aluno é inserido na empresa e acompanhado, seja pelos orientadores na universidade ou por gestores nas empresas, ou até mesmo pelas tarefas executadas, a exploração do trabalho pelo capital estará presente, sendo comprado como forma de mercadoria. Neto e Braz (2008) colocam que a relação de compra e venda existe pelo fato que, de uma lado existe o capitalista sendo comprador da força de trabalho através do dinheiro e detentor dos meios de produção. De outro o proletário, aquele que está livre para vender a sua força de trabalho como mercadoria.

O proletário neste caso é o estagiário, que se dispõe a entrar no mercado, utilizando do aparato do estágio como força motriz, para que a relação estagiário e capitalista se faça presente.

Outra questão que merece destaque é a dificuldade que os estagiários enfrentam em relação ao acompanhamento dos orientadores, seja na empresa na qual estão alocados ou na universidade, durante a realização do estágio. Paralelamente pode-se dizer que ainda existe uma dificuldade de entendimento e comunicação entre a organização e a universidade, conforme a destaca Nascimento, Teodósio (2005) é comum encontrar relatos da área empresarial apontando dificuldades das universidades em acompanhar o ritmo de desenvolvimento tecnológico e da produção do conhecimento. De outro lado, no âmbito acadêmico é construída a percepção de que as atividades empresariais de caráter privado são marcadas pela superficialidade e reprodução de modelos gerenciais.

Pode-se entender que tanto as empresas quanto as universidades enfrentam problemas em seus ambientes específicos e no relacionamento institucional, ocasionando uma série de impactos aos estagiários que, como sujeito da ação, sofre diretamente seus efeitos.

Em relação à universidade, um dos possíveis fatores que determinam esses problemas pode ser a dificuldade de infraestrutura e de pessoal/professores adequados às necessidades de acompanhamento das atividades de estágios. Além disso, a demanda de estagiários pode não estar de forma bem dividida, ou seja, os orientadores não conseguem atender seus estagiários, uma vez que desempenham diversas atividades da academia, como preparar e ministrar aulas, conduzir projetos de pesquisa, produzir artigos e participar de atividades de extensão, dentre outras. Trevisan *et al* (2010) defendem ainda que, em alguns casos, os estudantes sequer recebem um plano com uma proposta de trabalho, objetivos a serem atingidos e atividades a serem desenvolvidas durante o mesmo.

Outro fator destacado por Nascimento e Teodósio (2005) é que a academia não acompanha as rápidas mudanças que ocorrem no meio empresarial, seja por não acreditar na importância das mesmas ou pelo fato de não conseguir acompanhá-las. Em decorrência, nota-se um atraso nos para a academia se atualizar em relação aos processos que o meio empresarial utiliza.

Ainda analisando em específico o meio empresarial, é possível ressaltar pontos que impactam de forma negativa na realização do estágio. Alguns podem ser considerados parecidos com aqueles existentes na universidade. Como já citado, as organizações, para se adaptarem ao complexo mundo dos negócios, costumam submeter os gestores a grandes volumes de trabalho. Sancovschi, Fernandes e Siqueira (2009) corroboram essa percepção,

afirmando que administradores de empresas que contratam os estagiários passam por situações complexas. Eles normalmente têm a obrigação de atender às demandas de clientes, de funcionários, fornecedores, investidores, das instituições financeiras, e dos agentes fiscalizadores dos governos. Ao contratarem estagiários, estão, teoricamente, assumindo uma responsabilidade a mais, de acompanhá-los nas suas atividades dentro da organização para que desenvolvam seus trabalhos de forma coesa e enriquecedora. Todavia, em alguns casos, não é o que acontece. Os gestores, com o acúmulo de suas tarefas muitas vezes não conseguem acompanhar todas as atividades dos estagiários, deixando-os desamparados dentro da organização. Uma das consequências que podem advir dessa situação é a atribuição de tarefas não relacionadas ao aprendizado, limitando-se a operações simples e repetitivas.

Contudo, vale lembrar que o próprio estagiário é peça fundamental para que o estágio possa se fazer efetivo e que colabore, de fato, para o seu crescimento profissional. Um dos principais desvios de finalidade que se podem ocorrer é o fato de alguns estudantes buscarem apenas a percepção de uma bolsa, que a maioria dos programas de estágio na área de Administração oferecem. O interesse pecuniário pode, nesses casos, suplantar a busca de conhecimentos e de capacitação. Tais alunos acabam, em decorrência, não se importando com as tarefas a eles designadas, aceitando passivamente trabalhos simples e rotineiros. Sancovski, Fernandes e Siqueira (2009) entendem que a bolsa do estágio deveria ser simplesmente uma ajuda de custo. Todavia, não é o que se observa, com algumas bolsas alcançando valores superiores aos pagos a profissionais em início de carreira. Isso faz com que alguns estudantes contem com esse auxílio para se manterem durante o curso ou para aumentar sua renda.

Conhecidas as bases teóricas e conceituais adotadas, o próximo capítulo destaca os procedimentos metodológicos que foram seguidos na condução da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo destaca os principais aspectos metodológicos seguidos na pesquisa cujos resultados estão aqui apresentados.

A pesquisa tem caráter predominante qualitativo, tendo em vista que privilegia a percepção dos alunos participantes da amostra constituída e não trabalha com procedimentos de estatística inferencial.

O método de abordagem adotado foi o indutivo, uma vez que partiu-se do estudo de teorias aplicáveis ao tema central para a análise do objeto estudado, o curso de Administração da UFJF.

No que tange à classificação, quanto aos fins, com base na taxonomia proposta por Vergara (2009), a pesquisa revela-se explicativa. Essa apresentação não prescinde de uma análise interpretativa, caracterizando-se, assim, o perfil explicativo. Também é aplicada, considerando-se que tem como motivação fundamental a necessidade de resolver problemas concretos.

Quanto aos meios, de acordo com a mesma taxonomia, pode ser considerada como uma pesquisa de campo, por ter sido realizada no local onde os fatos ocorrem, valendo-se de informações e dados coletados diretamente com representantes da população pesquisada. É também uma pesquisa bibliográfica, pois busca base em livros e artigos acadêmicos sobre o tema investigado.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a percepção dos alunos do curso de administração da UFJF em relação ao exercício do estágio na área.

Como objetivos específicos podem ser indicados os seguintes:

- Identificar as principais motivações dos alunos de administração que se dispõem a realizar estágio;
- Distinguir a atuação dos principais atores envolvidos: alunos, universidade e empresas, no desenvolvimento das atividades de estágio;
- Comparar os objetivos explicitados na legislação do estágio supervisionado com a percepção mantida pelos alunos.

O universo estudado foi constituído dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora do curso de Administração, matriculados no ano de 2015, que participaram de atividades de estágio supervisionado.

Foi constituída uma amostra não probabilística, da qual participaram 46 alunos, selecionados pelo critério de acessibilidade, sendo acionada a rede de contatos do pesquisador.

O levantamento de dados no campo contou com um questionário estruturado (apêndice 1), constituído de um conjunto de assertivas às quais os respondentes deveriam reagir com base em uma escala concordância do tipo Likert. Apenas uma questão foi do tipo “aberta”, ou seja, sem opções de respostas previamente definidas.

A aplicação do questionário foi efetuada pelo próprio pesquisador de forma presencial com os alunos, em momentos de intervalo ou antes das aulas. Foi preservado o anonimato dos respondentes, que não precisaram identificar-se.

As respostas obtidas nas questões que utilizaram a escala de Likert foram tabuladas, com base em procedimentos de estatística descritiva, com o uso do *software* Excel. Procedeu-se a verificação das frequências obtidas em cada categoria de resposta previamente definida. Em seguida, foi efetuada a transposição da escala numérica para a escala percentual e a elaboração de gráficos que facilitaram a visualização dos resultados obtidos.

A principal limitação que pode ser apontada na metodologia utilizada é o fato da pesquisa tomar como base apenas a opinião dos alunos. Isso conduz, naturalmente, a uma percepção parcial das questões levantadas na pesquisa de campo, sem que tenham sido efetuadas investigações junto aos outros atores envolvidos, a saber, as empresas e a universidade.

O capítulo a seguir apresenta os resultados obtidos no campo.

4 RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Conforme explicado no capítulo que apresenta a metodologia seguida, foi aplicado um questionário em alunos do curso de administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, visando coletar informações sobre suas perspectivas e conhecimentos sobre o estágio na área e assim, buscar decifrar suas respostas.

Tabulando-se as respostas obtidas na primeira parte, que apresenta assertivas para que os respondentes concordassem ou discordassem, chegou-se aos resultados a seguir expostos.

A primeira afirmação apresentada foi “Considero que o estágio contribui/contribuiu na minha preparação para o exercício futuro da profissão”. Os respondentes assim se manifestaram a respeito da mesma:

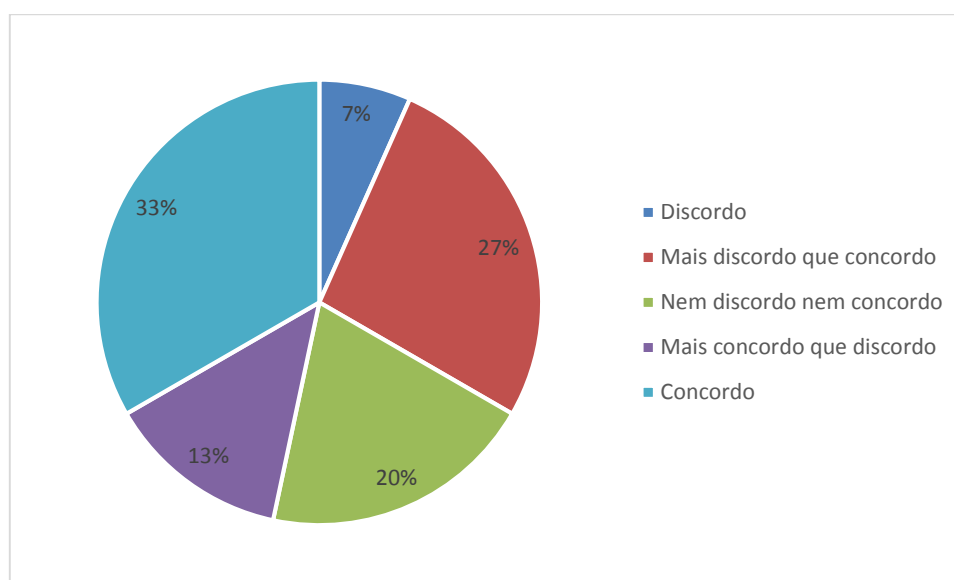


Figura 1: Contribuição para a futura profissão
Fonte: dados da pesquisa

Nota-se, conforme dados expostos na figura 1, que muitos respondentes discordaram fortemente ou parcialmente. Essa situação vai ao encontro das constatações presentes no referencial teórico, isto é, graduandos de administração realizam o estágio para complementar renda ou ainda o buscam para adquirir conhecimento, mas devido as contradições que essa atividade está submetida, tal fato, muitas vezes não se concretiza. Tal argumento é sustentado por Lourenço, Lemos e Júnior, (2012) que afirmam que algumas empresas acreditam que a única vantagem em se contratar um estagiário é a possibilidade de conseguir mão de obra qualificada e de baixo custo, o que significa limitar e transgredir a base principal para a qual os estágios foram

criados. Assim, entende-se que o estágio não está sendo realizado por seu principal motivo, mas por interesse das organizações para maximização do lucro e da mais valia do capital.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Percebo que sou/fui usado em atividades pouco compatíveis com a minha formação profissional”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

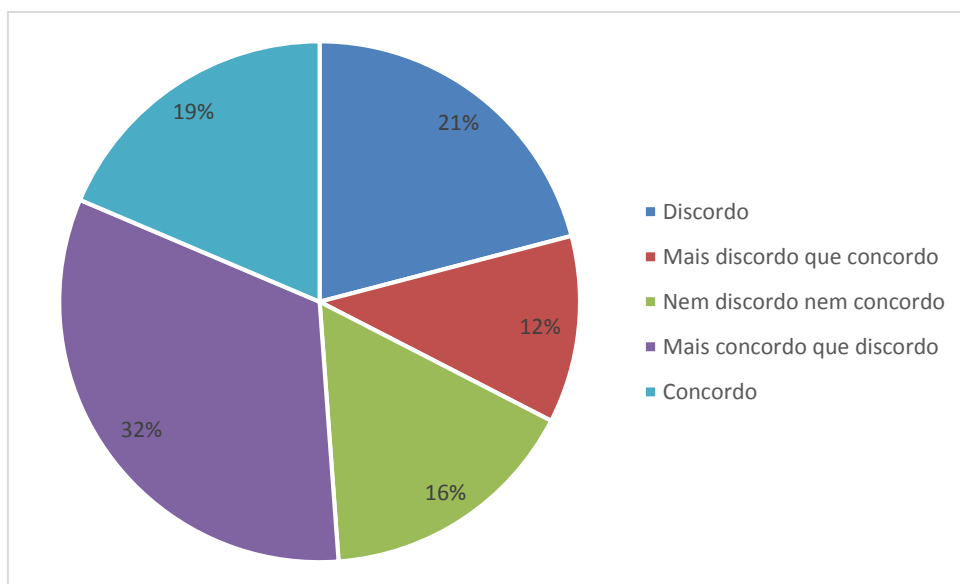


Figura 2: Compatibilidade entre as atividades de estágio e a formação acadêmica
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados destacados na figura 2 revelam que a maioria dos estudantes entendem que estão sendo aproveitados em atividades tidas como operacionais ou não condizentes com os processos administrativos. Tais problemas podem ocorrer devido à falta de organização e distribuição das tarefas, fazendo com que os estagiários não sejam adequadamente aproveitados, não conseguindo exercer o estágio de forma positiva e enriquecedora.

Após, foi apresentada aos entrevistados a seguinte assertiva: “Conheço a legislação que regulamenta a atividade do estágio no Brasil, alcançando-se os seguintes resultados:

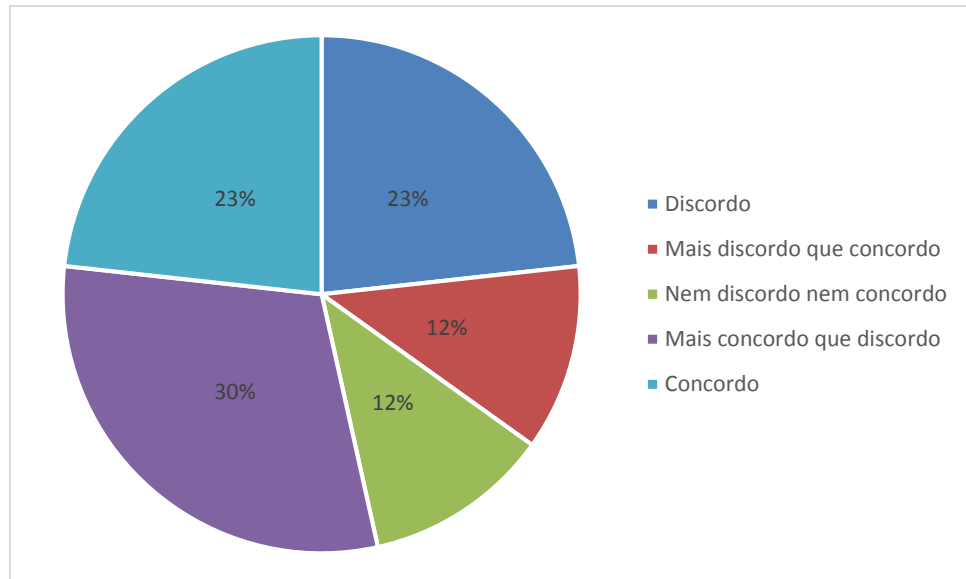


Figura 3: Conhecimento sobre a legislação acerca do estágio
Fonte: Dados da pesquisa

Mais da metade dos alunos entrevistados apontou não ter conhecimento sobre a legislação que normaliza o estágio. Um dos motivos que podem explicar essa situação é o fato dos alunos buscarem o estágio para complementação de renda. Assim, os estudantes se preocupam com o pleito de uma vaga de estágio, mas não se interessam em pesquisar pelas normas e leis que estão por trás do estágio.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Não usei as ferramentas estudadas em sala de aula durante a realização do estágio”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

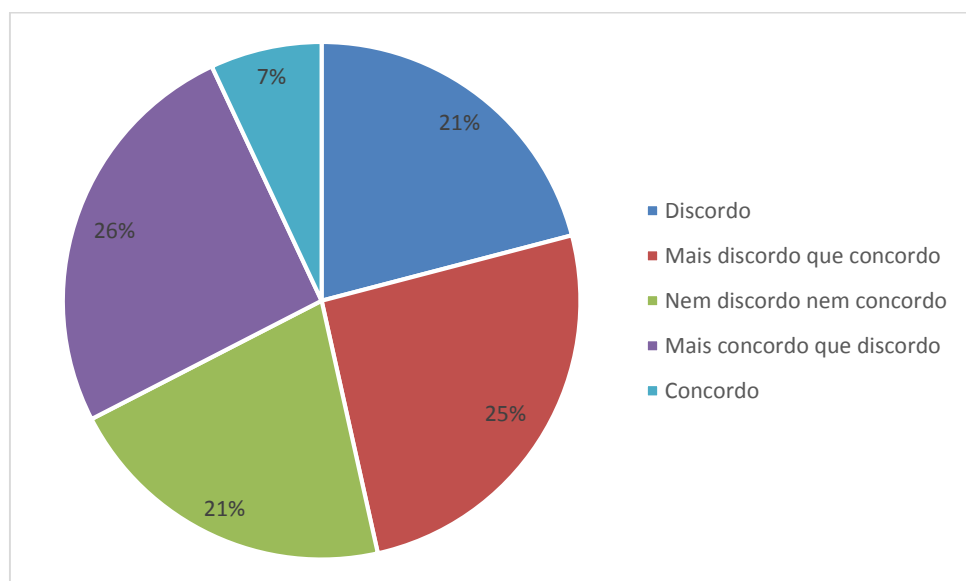


Figura 4: Emprego do aprendizado teórico no estágio
Fonte: Dados da pesquisa

A figura 4 mostra que mais da metade dos entrevistados tendeu para a afirmação que se diz sobre não utilizar as ferramentas administrativas que aprenderam em sala de aula. Este fato pode ser entendido pelo relatado no referencial teórico, onde as organizações vêm passando por transformações cada vez mais rápidas e, dessa forma, a academia não consegue se adaptar com tanta rapidez. Outro motivo pode ser a precariedade dos processos administrativos de algumas organizações, as quais não detêm de condições e conhecimento administrativo para a boa condução dos processos e ferramentas. Todavia, ainda vale lembrar que uma grande parte dos estudantes não concordaram com a afirmação do questionário, o que se revela um ponto positivo, se considerar-se que uma boa parte dos estagiários conseguiu, de fato, colocar em prática as teorias administrativas aprendidas em sala de aula, tornando o estágio enriquecedor.

Em seguida, foi apresentada a assertiva “Meu estágio foi muito enriquecedor, pois consegui colocar em prática tudo que aprendi em sala de aula”, revelando os resultados a seguir:

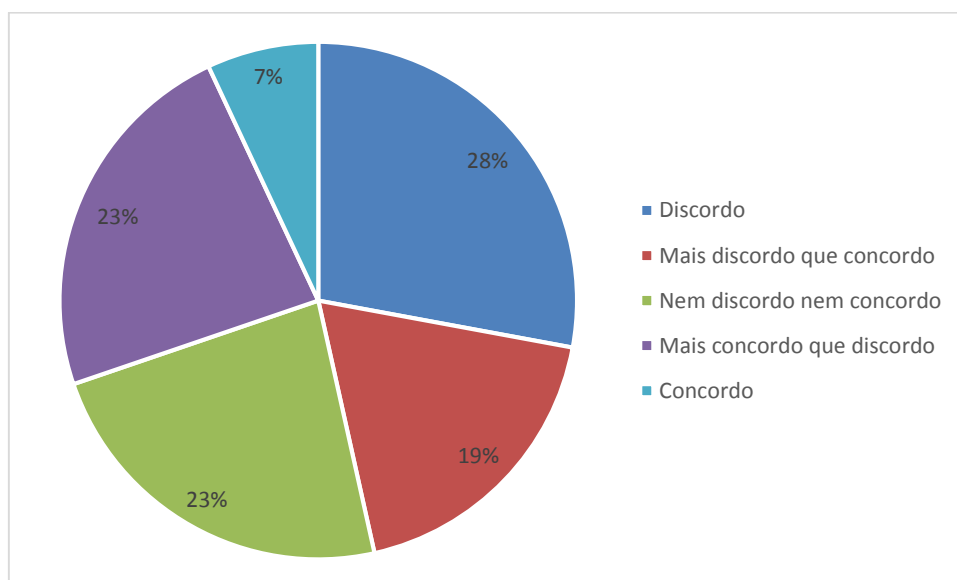


Figura 5: Enriquecimento acadêmico proporcionado pelo estágio.

Fonte: Dados da pesquisa

A figura 5 revela um dado preocupante, uma vez que mostra que somente 7% dos entrevistados concordam que o estágio foi enriquecedor e que puderam aplicar o aprendido em sala de aula nas atividades do estágio. Essa discrepância possivelmente existe pela dificuldade das IES manter-se alinhadas com seus métodos de ensino para com os processos administrativos que as organizações concedentes do estágio utilizam. Tal problema poderá impactar na qualidade do estágio e na principal função a qual foi idealizado, que é agregar conhecimento ao acadêmico.

Posteriormente foi apresentada a assertiva: “Durante o estágio me senti explorado, pois trabalhava muito mais tempo que o acordado no contrato, ultrapassando o máximo permitido (6 horas diárias)”, que apresentou os resultados a seguir expostos.

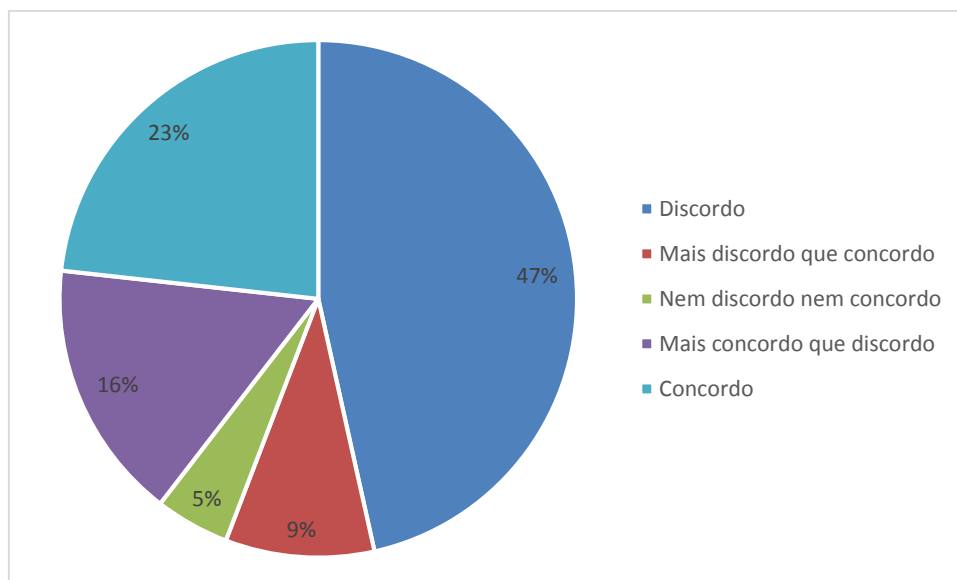


Figura 6: Percepção de estar sendo explorado no estágio
Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 6 mostra que os respondentes, em sua maioria, não se consideram explorados durante a realização do estágio. Por outro lado, um percentual significativo (39%) sentem-se explorados. Essa constatação corrobora a manifestação dos problemas já destacados.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “O estágio foi muito bom, pois pude conhecer o ambiente empresarial e as relações pessoa/profissionais”, apresentando os seguintes resultados. Os resultados obtidos estão demonstrados na figura a seguir.

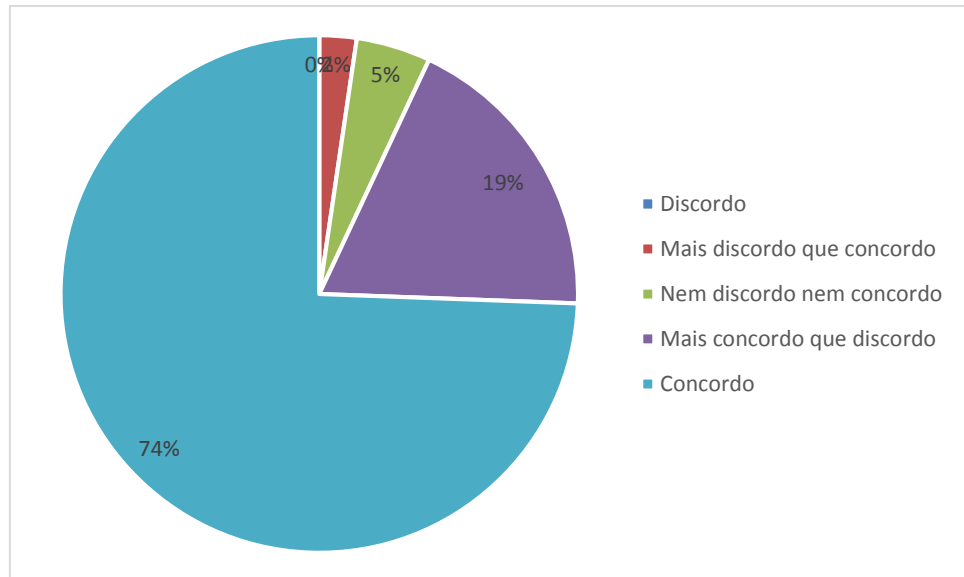


Figura 7: Gratificação decorrente do estágio
Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de todos os problemas e pontos de melhoria que o estágio ainda precisa percorrer para melhorar, de acordo com a figura 7, quase 3/4 dos estagiários afirmaram ter enriquecido seus conhecimentos com o exercício do estágio, além de poder vivenciar a prática de todo conhecimento adquirido. Ainda, o fato de nenhum acadêmico ter discordado totalmente da pergunta, pode se notar que o estágio é uma peça importante na formação dos futuros profissionais de administração, isto é, na visão dos mesmos.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Antes de me dispor a realizar o estágio, pesquisei sobre suas normas e leis, especialmente a lei nº 11.788”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

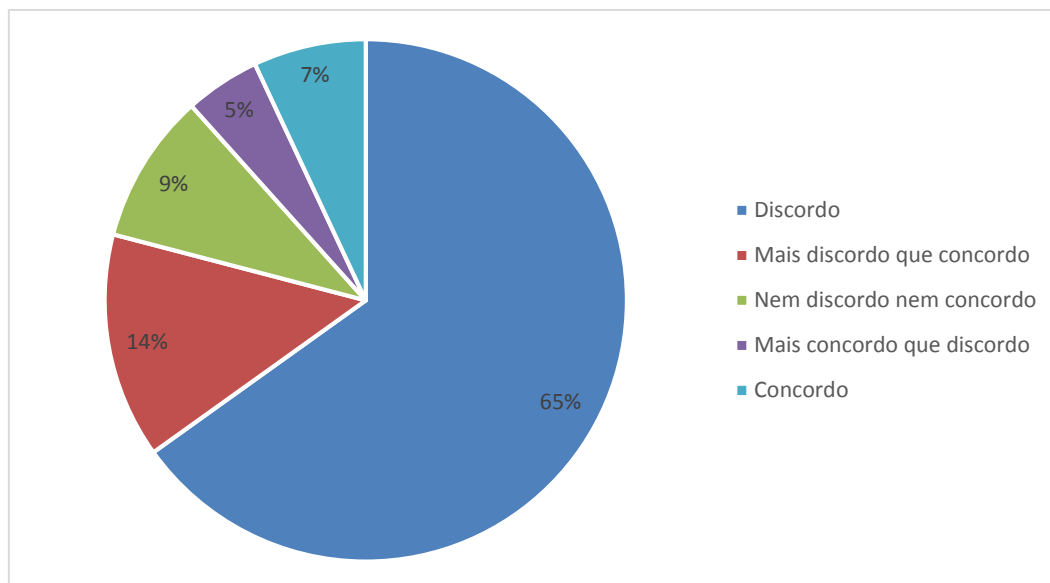


Figura 8: Conhecimento prévio da legislação do estágio
Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode notar na figura 8, somente 12% dos entrevistados afirmam ter pesquisado sobre as leis do estágio antes de iniciarem essa atividade. Um dos motivos dessa situação pode ser o fato dos alunos terem foco exclusivo na obtenção do estágio, seja para ganhar conhecimento e prática para sua carreira, seja para obter uma bolsa de estudo, não se importando com os aspectos legais envolvidos.

Em seguida, apresentou-se a assertiva: “Conseguir conciliar perfeitamente o estágio com as atividades acadêmicas”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

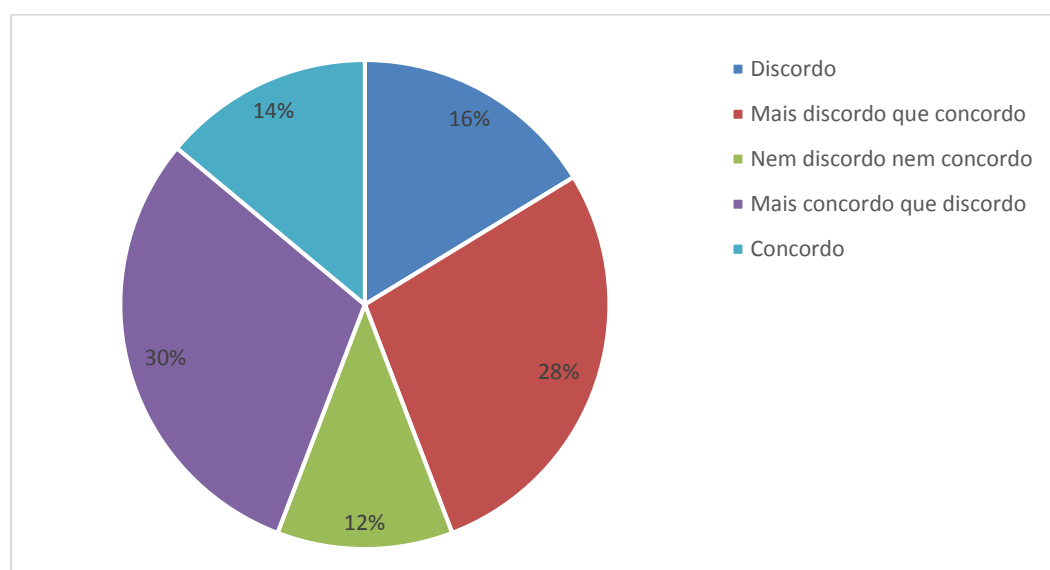


Figura 9: Capacidade de conciliar as atividades do estágio com as acadêmicas
Fonte: Dados da pesquisa.

Nas respostas a essa assertiva, nota-se uma grande divisão de opiniões. Todavia, um maior número de respondentes concordou por completo ou em parte que a realização do estágio afeta diretamente nas atividades acadêmicas. Os motivos que podem ser apontados para tais dificuldades são diversos, mas o principal é o grande volume de tarefas que os estagiários estão sendo submetidos a realizar no meio empresarial, pois a linha de diferenciação do estagiário pelo funcionário está ficando cada vez menos tênue.

Posteriormente, foi apresentada a assertiva: “Meu desempenho na faculdade foi prejudicado durante a realização do estágio”, apresentado os seguintes resultados.

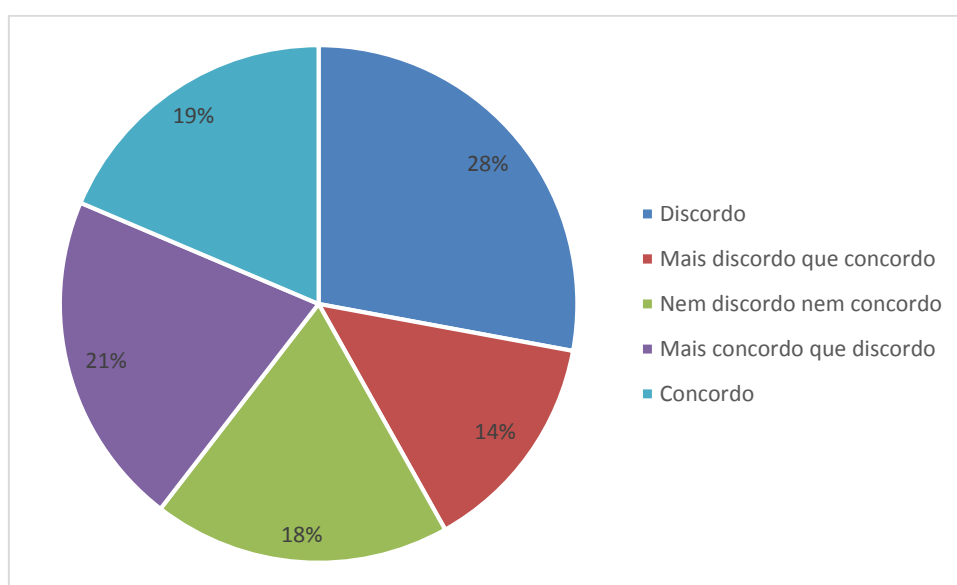


Figura 10: Impacto do estágio no desempenho acadêmico
Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 10, nota-se que os entrevistados ficaram divididos, não havendo uma opinião que se destacasse das demais. Por mais que o estágio se faça intenso em afazeres na organização, os estagiários manifestam diferentes pontos de vista sobre se o mesmo atrapalhou ou não suas atividades na faculdade. Tal fato pode ser explicado pela variação de desempenho que eles demonstram na faculdade e na organização a que estão alocados. Alguns conseguem desempenhar ambas atividades sem prejudicá-las. Outros, porém, acabam por prejudicar uma delas ou mesmo ambas. Conforme o gráfico mostra, existe um número considerável que afirmou ter comprometido suas atividades acadêmicas e este fato deve ser levado em conta. Todavia, existem diferenças de uma organização para outra, sendo provável que algumas preocupem-se mais em designar atividades conforme o estagiário suporte, enquanto outras não tenham o mesmo cuidado.

Após, foi apresentada a assertiva: “Meu/minha supervisor(a) na empresa acompanhou adequadamente minhas atividades durante o estágio, efetuando *feedbacks*”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

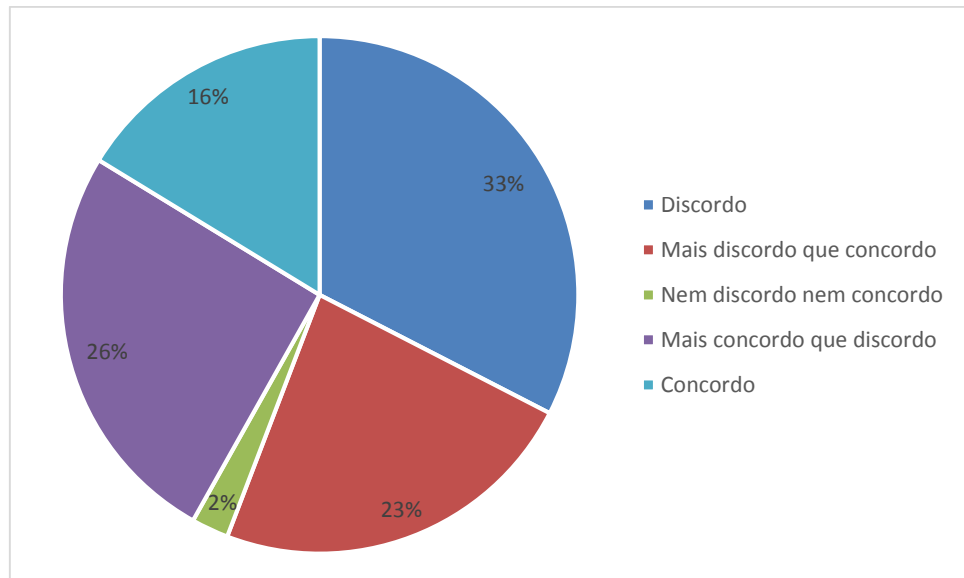


Figura 11: Acompanhamento e *feedback* pelo supervisor na empresa
Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 11 traz um importante dado, que vai ao encontro de um aspecto destacado no referencial teórico. Nota-se que mais da metade dos respondentes entendem que o supervisor não dedicou um tempo adequado para orientar suas nem tampouco ofereceu *feedbacks* em relação a execução das mesmas. Esse fato corrobora o que Motta (1995) afirma, quando defende que o ambiente empresarial atual está cada vez mais mutável, dinâmico e complexo. Sobrecarregando os gestores. Pode-se supor que muitos gestores não têm condição de exercer suas atividades e ainda acompanhar de forma adequada as atividades desempenhadas pelos estagiários que supervisiona.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Meu/minha orientador(a) na empresa ofereceu-me *feedback* quando cabível”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

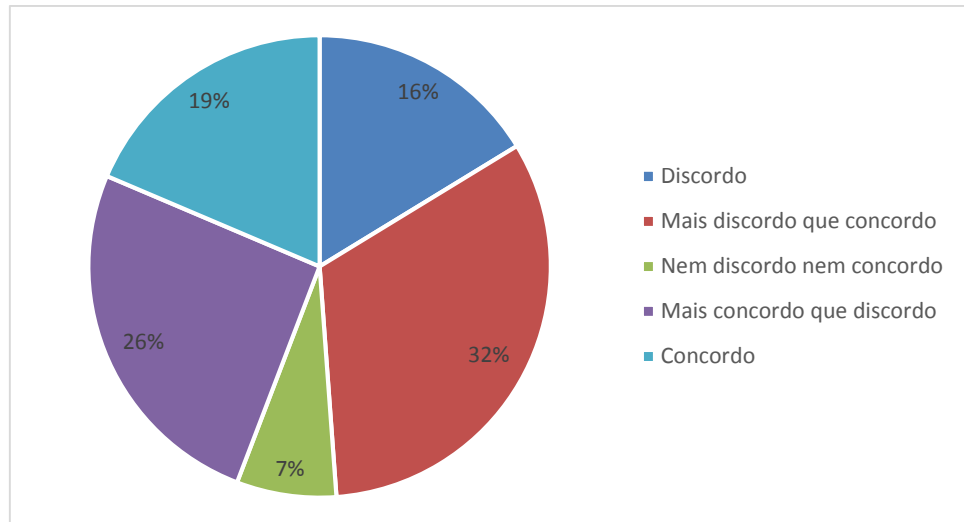


Figura 12: Oferecimento de oferecia *feedback*
Fonte: Dados da pesquisa.

O *feedback* é considerado uma importante ferramenta para se entender o desenvolvimento das pessoas em determinada organização. Devido a essa importância, os resultados revelados na figura 12 merecem atenção, um vez que a maioria diz não ter recebido *feedbacks* na organização a qual prestou estágio. Esse índice reforça a ideia de que muitos gestores não têm dedicado o tempo devido aos estagiários, acompanhando suas atividades e fornecendo-lhes um retorno adequado em relação ao desempenho por eles alcançado. Por outro lado, um percentual significativo de respondentes afirmaram que o gestor na empresa dedicou tempo a oferecer *feedbacks*. Mais uma vez, nota-se a diversidade de situações entre as empresas.

Após, apresentou-se a assertiva: “Fui efetivado ou pretendem me efetivar na empresa que prestei estágio/estagio.”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

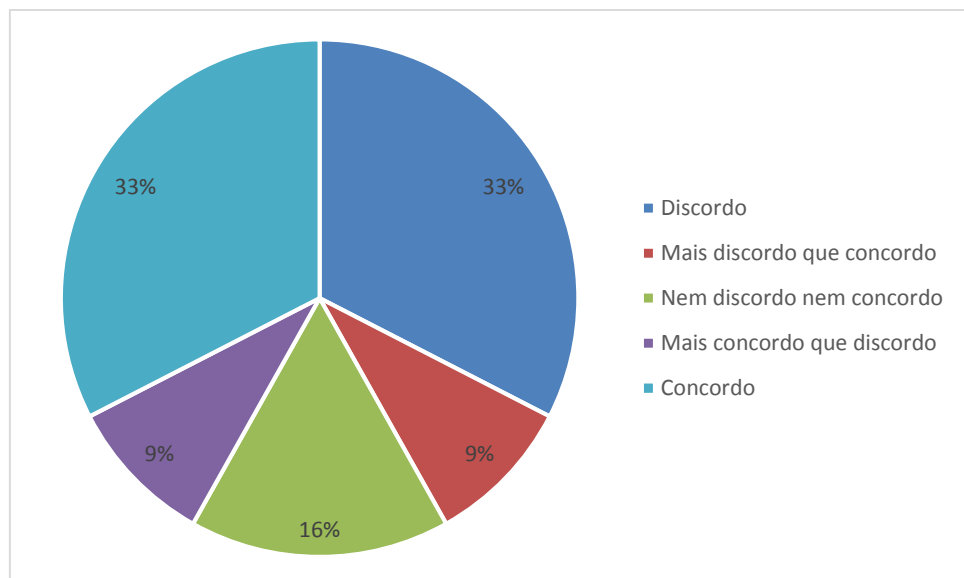


Figura 13: Possibilidade de efetivação após o estágio
Fonte: Dados da pesquisa.

Esta pergunta também apresentou grande divisão de opiniões. No caso, os estudantes ficaram igualmente divididos: 33% concordaram que foram ou acreditam que serão efetivados na empresa em que prestam estágio. No entanto, outros 33% não concordam com a afirmação. Essa divisão mostra mais uma vez as diferentes posturas das empresas. Pode-se supor, como já destacado, que algumas de fato buscam o estagiário para desenvolvê-lo, colocando em prática o conhecimento aprendido em sala de aula. Tais organizações podem buscar conhecer os futuros profissionais, treinando-o para futura contratação. Outras, porém, podem considerar os estagiários somente como mão de obra menos onerosa, pelos motivos já apontados, dispensando-os após o término do contrato de estágio.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Durante o estágio tive acesso a todas as ferramentas necessárias para a realização das atividades”, obtendo-se os resultados a seguir expostos.

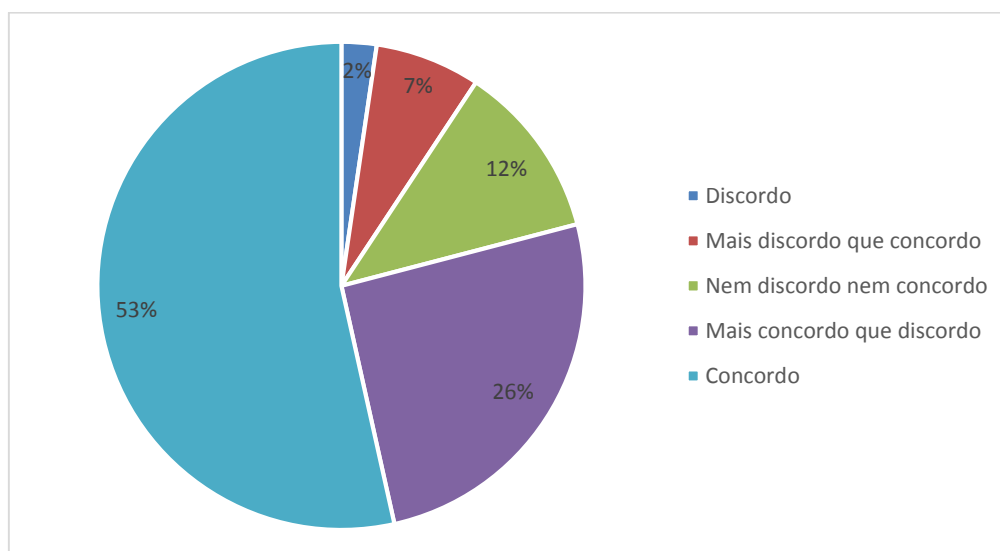


Figura 14: Fornecimento das ferramentas necessárias ao estágio
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao contrário da anterior, não se verificou em relação a essa assertiva uma grande heterogeneidade de respostas. A maioria dos entrevistados afirmou ter recebido as devidas ferramentas para realização das atividades propostas. Esse índice parece indicar que as empresas têm se preocupado em oferecer aos estagiários condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades. Pode-se ressaltar, entretanto, que isso não significa que a intenção, ao adotarem esse cuidado, seja beneficiar o crescimento dos estagiários. Pode ser que o que se busque seja tão somente a manutenção de uma elevada produtividade.

Posteriormente, apresentou-se a assertiva: “Em períodos de provas/trabalhos pude sair mais cedo para estudar”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

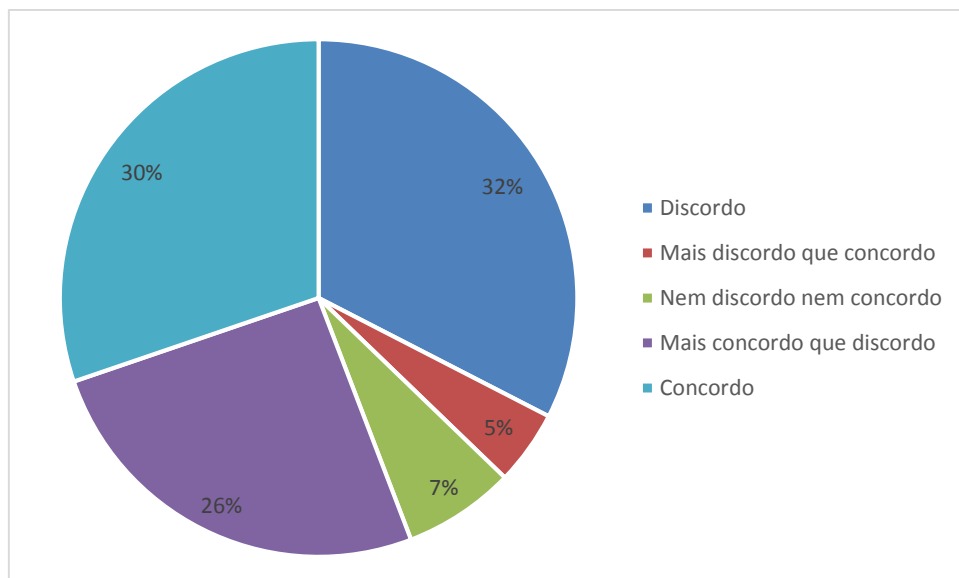


Figura 15: Possibilidade de sair mais cedo em períodos de provas e trabalhos.
Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o revelado na figura 15, a maioria dos estagiários afirmou que podia sair mais cedo em dias de prova e para realização de trabalhos da faculdade. Esse resultado é relevante, podendo significar que as organizações se preocupam em não criar prejuízos diretos ao desempenho acadêmico dos estagiários. Não se pode afirmar, no entanto, que não existam outros tipos de prejuízos decorrentes, por exemplo, de um acúmulo excessivo de tarefas. Além disso, um percentual significativo (37%) disse não ter essa possibilidade. Pode-se supor que, nesses casos, o desempenho dos estagiários na faculdade é impactado negativamente, originando uma insustentabilidade, pois, uma atividade é sobreposta a outra, quando na verdade, ambas deveriam ser levadas paralelas e de igual importância.

Em seguida, foi apresentada a assertiva: “Quando realizo/realizei o estágio, dei preferência as atividades do estágio em detrimento das atividades acadêmicas”, apresentando os seguintes resultados expostos.

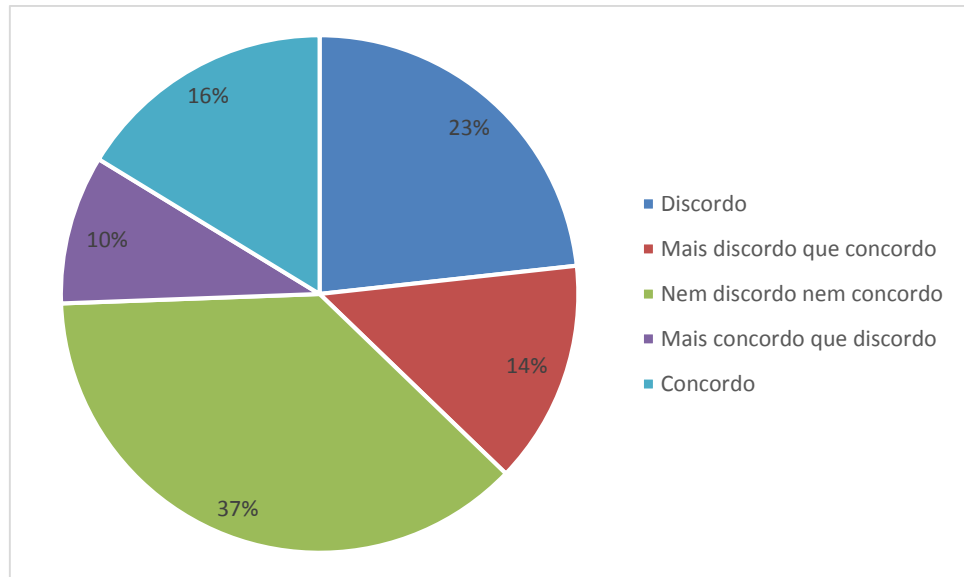


Figura 16: Priorização de atividades do estágio em detrimento das acadêmicas.
Fonte: Dados da pesquisa.

Como se vê, somente 26% dos estagiários afirmaram ter dado mais importância ao estágio do que à faculdade. Apesar de não majoritário, esse percentual é preocupante quando se considera que o estágio deveria ser uma atividade complementar à formação acadêmica. Também chamou a atenção nas reações a essa assertiva o fato de que um grande número de respondentes manifestou-se de forma neutra, não possuindo um posicionamento definido ou preferindo não opinar.

Por fim, foi apresentada a assertiva: “Procurei realizar estágio para conseguir renda extra, independente da organização e das atividades a serem realizadas”, alcançando-se os resultados a seguir expostos.

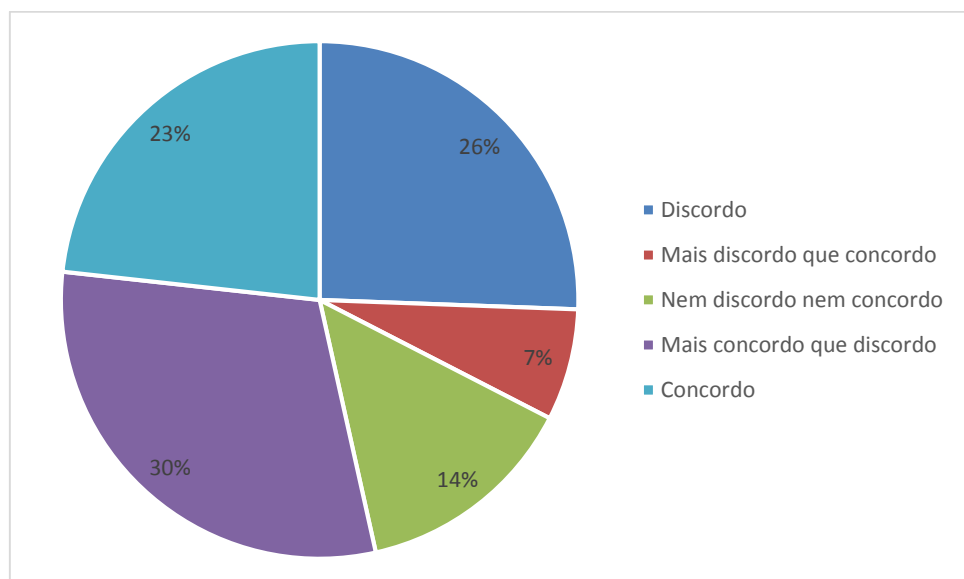


Figura 17: Priorização dos interesses financeiros no estágio
Fonte: Dados da pesquisa.

A assertiva 17 é de grande importância para um melhor entendimento dos motivos pelos quais os estagiários se dispõem em realizar o estágio. Conforme revela a figura 17, um pouco mais da maioria concorda ou concorda em parte que a busca pelo estágio se deu principalmente para a complementação de renda. Quando tal priorização se manifesta, é possível que aquela que deveria ser a prioridade do estágio, a formação profissional, seja afetada. Conforme já destacado no referencial teórico, a bolsa do estágio deveria ser simplesmente uma ajuda de custo, mas há estudantes que contam com esse auxílio para se manterem durante o curso ou para aumentar sua renda.

Para uma melhor percepção da concordância ou discordância apresentado pelos respondentes em relação às assertivas apresentadas, foi efetuado um tratamento estatístico, visando transformar as respostas em um grau de concordância na escala de 0 a 100%, chegando-se aos resultados revelados na tabela a seguir.

Tabela 1: concordância com assertivas (0 a 100%)

ASSERTIVA	GRAU DE CONCORDÂNCIA (%)
O estágio foi muito bom, pois pude conhecer o ambiente organizacional e as relações pessoas/profissionais.	92
Considero que o estágio contribui/contribuiu na minha preparação para o exercício futuro da profissão.	83
Durante o estágio tive acesso a todas as ferramentas necessárias para a realização das atividades.	82
Conheço a legislação que regulamenta a atividade do estágio no Brasil.	54
Percebo que sou/fui usado em atividades pouco compatíveis com a minha formação profissional.	53
Em períodos de provas/trabalhos, pude sair mais cedo para estudar.	53
Procurei realizar estágio para conseguir um renda extra, independente da organização e das atividades a serem realizadas.	53
Meu/Minha orientador(a) na empresa ofereceu-me feedback quando cabível.	50
Fui efetivado ou pretendem me efetivar na empresa que prestei estágio/estagio.	50
Consegui conciliar perfeitamente o estágio com as atividades acadêmicas.	49
Meu desempenho na faculdade foi prejudicado durante a realização do estágio.	46
Quando realizo/realizei o estágio, dei preferência as atividades do estágio em detrimento das atividades acadêmicas.	43
Meu/Minha orientador(a) na empresa acompanhou adequadamente minhas atividades durante o estágio, e efetuando feedbacks.	42
Não usei as ferramentas estudadas em sala de aula durante a realização do estágio.	41
Durante o estágio me senti explorado, pois trabalhava muito mais tempo que o acordado no contrato, ultrapassando o máximo permitido (6 horas diárias).	39
Meu estágio foi muito enriquecedor, pois consegui colocar em prática tudo que aprendi em sala de aula.	37
Antes de me dispor a realizar o estágio, pesquisei sobre suas normas e leis, especialmente a lei nº 11.788.	16

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados demonstrados na tabela 1 foram assim calculados: (discordo x 0) + (mais discordo do que concordo x 1) + (mais concordo do que discordo x 2) + (concordo x 3). As respostas “nem discordo nem concordo” foram desprezadas, sendo consideradas neutras ou representantes da incapacidade do respondente de se posicionar. Chegou-se, assim, a um número de pontos para cada assertiva, o qual foi comparado com o máximo que teria sido possível alcançar, que seria o caso de todos os respondentes terem concordado com a assertiva (total de respondentes - neutros multiplicado por 3).

A tabela apresenta, como se percebe, os resultados em ordem decrescente de concordância. É interessante observar que as quatro assertivas com o grau mais elevado de concordância representam ideias favoráveis ao estágio. Por outro lado, é reduzido o grau de concordância com uma das afirmações que se revelam mais associadas àquele que deveria ser o objetivo maior do estágio: colocar em prática o aprendizado obtido. A assertiva relacionada a esse fator está, como se vê, em penúltimo lugar. Um pouco mais elevada foi a concordância com a afirmação “Não usei as ferramentas estudadas em sala de aula durante a realização do estágio”, que corrobora essa percepção de reduzida ligação entre o estágio e a formação acadêmica.

Na questão aberta, inserida ao final do questionário, foi solicitado aos respondentes que avaliassem a experiência de estágio como um todo, atribuindo-lhe uma nota entre 0 e 10 e justificando sua avaliação. A tabela 2 revela os resultados obtidos nas notas atribuídas.

Tabela 2: avaliação geral do estágio

NOTA	FREQUÊNCIA
10	3
9	8
8	10
7	10
6	6
5	2
4	2
3	
2	
1	
0	
MÉDIA	6,7

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se, assim, que a avaliação geral alcançou um grau de satisfação razoável, com a maioria dos participantes atribuindo nota 7,0 ou maior mas, por outro lado, com uma média que não pode ser considerada elevada.

Na parte reservada às justificativas pela nota atribuída, quinze respondentes afirmaram que, a despeito dos problemas, com o estágio foi possível colocar em prática todo o

conhecimento aprendido em sala de aula, podendo adquirir conhecimento interpessoal e profissional para a profissão que escolheu. Outros cinco entrevistados afirmaram que o estágio foi enriquecedor, mas fizeram ressalvas, destacando ter vivenciado o meio empresarial sem que fosse possível, no entanto, colocar em prática o conhecimento aprendido em sala de aula. Tais respondentes afirmaram que o estágio apenas proporcionou experiências interpessoais. Outros três afirmaram que o estágio foi muito gratificante, mas que tomou muito tempo e impactou negativamente no desempenho das suas atividades na universidade.

Um estagiário em particular concorda em que a experiência do estágio foi fundamental para agregar conhecimento prático e porta de entrada para o mercado de trabalho, mas relatou que se sentiu explorado, uma vez que se sentiu ser utilizado como mão de obra barata e meio para reduzir encargos sociais. Todavia, ainda disse acreditar que o crescimento profissional justifica o esforço.

Três estagiários disseram que no seu estágio não tiveram liberdade para realizar suas atividades, restringindo-se à execução de tarefas repetitivas e operacionais, relatando que não conseguiram retirar grande conhecimento da experiência vivida.

Um entrevistado afirmou que buscou o estágio exclusivamente pela bolsa auxílio. Outros dois afirmaram que o estágio foi de grande valia para agregar conhecimento, mas a relação financeira foi de extrema importância e predominante, pois pôde ajudar a família com o dinheiro da bolsa do estágio.

O comentário formulado por um dos respondentes reforça a percepção de que há problemas na relação entre a atividade de estágio e a preparação para o exercício profissional: “O estágio é muito burocrático, meu chefe não deixava realizar minhas atividades do meu jeito.”

Um estagiário disse que a academia não o preparou de forma adequada para atuar no ambiente privado/público, pois não conseguiu aplicar o aprendido em sala de aula.

A relação orientador estagiário foi evidenciada quando dois estagiários disseram sentir falta de uma boa orientação. Um deles comentou: “Não achei o estágio bem orientado”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho originou-se do interesse em buscar entender as relações e situações que os alunos de administração, em específico da Universidade Federal de Juiz de Fora, estão sujeitos a vivenciar quando se dispõem a realizar o estágio.

Foi observado também que o estágio ainda é uma atividade que precisa receber mais atenção por parte dos órgãos reguladores. A legislação que o norteia ainda é superficial e contida de espaços vagos. A complexa relação em que os estagiários estão inseridos não está suficientemente protegida legalmente, permitindo que aconteça de algumas empresas aproveitarem desta fragilidade, originando certa precarização do trabalho. A precarização acontece, pois, em alguns casos o estagiário é contratado para exercer funções que deveriam ser de um empregado contratado pela CLT, mas as leis do estágio são menos rígidas. A preferência pelo estagiário é notável, uma vez que não existe encargos trabalhistas.

Conforme a pesquisa demonstrou, o estágio foi considerado uma prática muito importante na formação acadêmica do curso de administração, pois permite que o aluno coloque em prática a teoria aprendida em sala de aula, bem como ganhe vivência organizacional e interpessoal. Com o estágio, os alunos se consideraram mais preparados para entrar no mercado de trabalho, ganhando um diferencial daqueles que não buscam tal vivência. O estágio também favorece para que aconteça a integração entre universidade e empresas, podendo fazer com que as duas caminhem junto com a produção do conhecimento.

Foi possível notar também que o estágio ainda é uma prática que precisa ser melhorada e mais respeitada pelas instituições que o cercam, isto é, universidade e empresa. Em alguns casos notou-se que a universidade não se fez cumprir com suas obrigações, ou seja, não deu a devida orientação no decorrer do estágio, deixando o estagiário sem atenção. Outro ponto importante a ser considerado é o fato de algumas empresas não entenderem a real intenção do estágio. Muitas empresas buscam o estagiário apenas pela facilidade de contratação e pela redução de custos que a contratação implica, uma vez que não existe encargos trabalhistas no contrato de estágio. Assim, é possível notar um grave problema, uma vez que o objetivo de enriquecimento pessoal se torna precarização do trabalho. Vale lembrar também que existem alunos que buscam o estágio somente com o intuito financeiro, ou seja, só dão importância a bolsa auxílio, não se atentando em qual empresa está ou quais atividades são submetidos a realizar.

Em suma, o estágio é peça fundamental para que os futuros administradores possam, na academia, entrar no ambiente organizacional, agregando conhecimento e experiência

profissional. Contudo, o mesmo ainda carece de grandes mudanças por parte dos envolvidos, para que possa exercer de fato seu objetivo central.

O estudo apresentou algumas limitações em relação a bibliografia pesquisada, uma vez que o tema não é debatido com tanta frequência a que deveria, tendo em vista sua importância para a vida acadêmica e para o desenvolvimento dos futuros administradores. Ainda, na pesquisa, o estudo se limitou como público alvo da pesquisa somente os alunos que realizaram estágio, não buscando os demais agentes, como os professores e gestores nas empresas. Desta forma o estudo se limitou com a opiniões dos alunos, não sendo capaz de se confirmar os tais fatos nas demais esferas, isto é, universidade e empresas.

Desta forma, apresento como possível oportunidade de pesquisa, adentrar de forma mais objetiva nos ambientes organizacional ou acadêmico, pesquisando a relação existente entre estagiário e orientadores nas universidades, bem a relação entre gestores empresariais e estagiários.

REFERÊNCIAS

ABRES, Associação Brasileira de Estágios. Disponível em:

<<http://www.abres.org.br/v01/legislacao/>> Acesso em: 22 out. 2015.

ARAÚJO, G. D. et al. O desenvolvimento do pensamento reflexivo no curso de Administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AnPAD, 2012.

BRASIL. Decreto nº 87.497, de 18-08-1982.Regulamentação da Lei nº. 6.494, de 7 de Dezembro de 1977. Diário Oficial da União, Brasília, 19 ago. 1982.

BRASIL. Lei N. 11.788, de 25/9/2008. Brasília, Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/9/2008, Página 3

BRASIL. Lei nº. 6.494, de 7-12-1977. Diário Oficial da União, Brasília, 09 dez. 1977.

CERETTA, Paulo Sergio, TREVISAN, Marcelo, MELO, Glenara Charão de, estágio extracurricular e seus reflexos na formação do administrador. Salão de Iniciação Científica (8. 1996: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROPESQ, 1996.

CHAI, Cassiane, MACHADO, Claralucia Prates, SCOPEL Alexandra Mazzochi, BOHRER Cristina Universidade empreendedora: a ótica dos empresários sobre o posicionamento empreendedor da universidade na contribuição para o desenvolvimento regional. Revista GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 57-76, Edição Especial. 2015.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR.

GONZAGA, Jaqueline Cristina Romero; OLIVEIRA, Josiane Silva; CHAGAS, Priscila Borgonhoni. Representações sociais dos estudantes de administração sobre os estágios não obrigatórios: Um estudo na Universidade Estadual de Maringá. Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 16 no 3 p 477-511 jul ago set 2015.

LAVALL, Jaqueline; BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio não obrigatório: Contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. Revista GUAL, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, mai. 2014.

LOURENÇO, Maria Lemos, LEMOS, Iomara Scandelari, JÚNIOR, José Eduardo Pécora. Desafios e possibilidades no estágio supervisionado obrigatório: A visão dos estudantes do curso de Administração. Administração: Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro. V. 13 No 3 P. 559-596, jul ago set 2012.

MOTTA, Paulo R. Gestão contemporânea, a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1995

NASCIMENTO, L. C.; TEODÓSIO, A. S. S. O Estágio diante dos Desafios do Ensino em Administração: Um Estudo de Caso sobre as Percepções de Alunos e Supervisores. In:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: AnPAD, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, FGV, Rio de Janeiro, v.43, n.2, abr./jun. 2003, p.44-54.

SANCOVSCHI, M.; FERNANDES, L. J. D.; SIQUEIRA, J. R. M. Custos Pessoais do Empenho Imoderado de Alunos de Cursos de Graduação em Administração nos Estágios: A Relação Entre Empenho dos Alunos, Sobrecarga de Trabalho, Estresse no Trabalho, e Aspectos Significativos da Vida Acadêmica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: AnPAD, 2009.

TREVISAN, M.; WITTMANN, M. L. Estágios extracurriculares e a formação de administradores. In: 27º ENANPAD, Salvador, 2002.

Caro(a) colega,

Este questionário vincula-se à pesquisa que estou desenvolvendo com vistas ao meu TCC. Solicito a gentileza de que sejam respondidas as questões a seguir, destacando que não é necessário identificar-se.

Grato pela sua participação!

Antônio Pedro dos Reis Júnior – Graduando em Administração

	Discordo	Mais discordo que concordo	Nem discordo nem concordo	Mais concordo do que discordo	Concordo
1. Considero que o estágio contribui/contribuiu na minha preparação para o exercício futuro da profissão.					
2. Percebo que sou/fui usado em atividades pouco compatíveis com a minha formação profissional.					
3. Conheço a legislação que regulamenta a atividade do estágio no Brasil.					
4. Não usei as ferramentas estudadas em sala de aula durante a realização do estágio.					
5. Meu estágio foi muito enriquecedor, pois consegui colocar em prática tudo que aprendi em sala de aula.					
6. Durante o estágio me senti explorado, pois trabalhava muito mais tempo que o acordado no contrato, ultrapassando o máximo permitido (6 horas diárias).					
7. O estágio foi muito bom, pois pude conhecer o ambiente organizacional e as relações pessoas/profissionais.					
8. Antes de me dispor a realizar o estágio, pesquisei sobre suas normas e leis, especialmente a lei nº 11.788.					
9. Consegui conciliar perfeitamente o estágio com as atividades acadêmicas.					
10. Meu desempenho na faculdade foi prejudicado durante a realização do estágio.					
11. Meu/Minha orientador(a) na empresa acompanhou adequadamente minhas atividades durante o estágio, e efetuando feedbacks.					
12. Meu/Minha orientador(a) na empresa ofereceu-me <i>feedback</i> quando cabível.					
13. Fui efetivado ou pretendem me efetivar na empresa que prestei estágio/estagio.					
14. Durante o estágio tive acesso a todas as ferramentas necessárias para a realização das atividades.					
15. Em períodos de provas/trabalhos, pude sair mais cedo para estudar.					
16. Quando realizo/realizei o estágio, dei preferência as atividades do estágio em detrimento das atividades acadêmicas.					
17. Procurei realizar estágio para conseguir um renda extra, independente da organização e das atividades a serem realizadas.					

Avaliando sua experiência de estágio como um todo, que nota você lhe atribuiria, em uma escala de 0 a 10? _____

Por que?
